

Somente S.A.

CNPJ nº 46.855.495/0001-31 - NIRE 35.300.594.614  
Ata da Assembleia Geral Extraordinária

**Data, Hora e Local:** No dia 05 de janeiro de 2026, às 10 horas, na sede socia as **Somente S.A.**, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, Alameda Rio Negro, nº 503, sala 2020 - Alphaville Industrial - CEP: 06454-000, realizada de forma exclusivamente digital, sem presença física, mediante assinaturas digitais e eletrônicas conforme permissivo da IN DREI 81/2026. **Convocação e Presença:** Todos os acionistas representando a totalidade do capital social, conforme dispensa de convocação nos termos do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/76, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Ordem do Dia:** 1. Deliberação sobre aumento de capital social mediante subscrição de novas ações. **Composição da Mesa: Presidente:** Michel Burmaian Mendes Pinto; **Secretário:** Nicolas Henrique de Aquino Fraser Petit de La Villeon. **Deliberações:** 1. **Aumento de Capital Social e Subscrição de Novas Ações.** Foi aprovado por unanimidade, o aumento do capital social da companhia, que passará de R\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais) para R\$ 53.000.000,00 (cinquenta e três milhões de reais) mediante a emissão de 30.000.000(trinta milhões) de ações ordinárias, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, equivalente a R\$ 30.000.000,00(trinta milhões de reais), que serão subscritas e integralizadas pelo acionista da seguinte forma: **Acionista:** HGM Investimentos Ltda.; **Nº de ações subscritas:** 30.000.000; **Valor total da subscrição:** R\$ 30.000.000,00. As ações serão integralizadas em moeda corrente nacional, conforme previsto no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações, até a data de 31 de dezembro de 2026, mediante depósito em conta bancária da companhia. 3-1. Em razão da deliberação acima, decidem os Acionistas alterar a redação do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte nova redação: *“Artigo 5º - O Capital social da Companhia e composta por R\$ 53.000.000,00(cinquenta e três Milhões de reais), dividido em 53.000.000 (cinquenta e três milhões) de ações ordinárias, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo (i) 1.010.000,00 (um milhão e dez mil reais) ações ordinárias subscritas e Integralizadas em moeda corrente nacional, e (ii) 51.990.000 (cinquenta e um milhões, novecentos e noventa mil) ações ordinárias subscritas a serem integralizadas até 31 de dezembro de 2026.”* Por fim, a Companhia autoriza a Diretoria consolidar o Estatuto Social conforme Anexo I, bem como a praticar todos os atos complementares do registro da presente Ata, bem como a tomar, com os mais amplos poderes, todas as providências necessárias para o cabal cumprimento do que ora ficou deliberado e do mais que seja determinado pelas leis que regem a matéria, em especial os atos obrigatórios perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo JUCESP, Receita Federal do Brasil e demais órgãos públicos competentes. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada por todos os presentes. Barueri, 05 de janeiro de 2026. **Mesa:** Michel Burmaian Mendes Pinto, Presidente; Nicolas Henrique de Aquino Fraser Petit de La Villeon, Secretário. **Diretoria:** Michel Burmaian Mendes Pinto, Diretor Presidente; Nicolas Henrique de Aquino Fraser Petit de La Villeon, Diretor. **Acionistas:** HGM Investimentos Ltda., Representada por: Michel Burmaian Mendes Pinto; RI Investimentos Ltda., Representada por: Rodrigo Torres Lins de Gouveia. Nicolas Henrique de Aquino Fraser Petit de La Villeon. JUCESP nº 78.214/26-9 em 9/01/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

**ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Denominação Social Sede Objeto e Duração. Artigo 1º.** A razão social da Companhia constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e que será regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis e **Somente S.A.** **Parágrafo Único:** No cumprimento de todas as disposições contidas neste Estatuto Social e na hipótese de ser celebrado um Acordo de Acionistas, devidamente arquivado na sede da Companhia (“Acordo de Acionistas”), deverão ser observados os termos e condições previstos no Acordo de Acionistas, na Lei nº6404 de 15 de dezembro de 1976 conforme alterada (Lei das SA) e, nos casos omissos na legislação aplicável. **Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro no Município de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 503, sala 2020 - Alphaville Industrial, Cidade de Barueri, Estado de São Paulo - CEP: 06454-000, inscrita no CNPJ nº 46.855.495/0001-31, e NIRE 35.300.594.614, filial no Município de São Paulo, Estado de São Paulo na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4055 – GJ. 404 – Itaim Bibi – CEP: 04538-133, inscrita no CNPJ nº 46.855.495/0002-12, e NIRE 35.906.410.974 e filial no Município de Curitiba, Estado do Paraná na Rua Ubaldo do Amaral, nº 927, Alto da Rua XV, CEP: 80045-150, podendo manter filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do País ou do exterior por deliberação de acionistas titulares de mais da metade do capital social. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto a exploração das seguintes atividades 8630-5/03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas; 8630-5/02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares; 8630-5/01 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos; 8650-0/03 - Atividades de psicologia e psicanálise. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II. Do Capital Social. Artigo 5º.** O Capital social da Companhia e composta por R\$ 53.000.000,00(cinquenta e três Milhões de reais), dividido em 53.000.000 (cinquenta e três milhões) de ações ordinárias, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo (i) 1.010.000,00 (um milhão e dez mil reais) ações ordinárias subscritas e Integralizadas em moeda corrente nacional, e (ii) 51.990.000 (cinquenta e um milhões, novecentos e noventa mil) ações ordinárias subscritas a serem integralizadas até 31 de dezembro de 2026.” **Parágrafo Primeiro:** Cada ação ordinária tem as seguintes características direitos e vantagens: (a) cada ação ordinária conferirá a seu titular o direito a 1 (um) voto nas deliberações da assembleia geral da Companhia convocada instalada e realizada nos termos deste Estatuto Social, e (b) as ações ordinárias poderão ser convertidas em outras espécies ou classes de ações de emissão da Companhia, mediante deliberação da Assembleia Geral por deliberação da Assembleia Geral ser aumentado mediante a emissão de ações sem guardar proporção com as espécies e/ou classes de ações já existentes, ou que possam vir a existir. Fica assegurado aos acionistas da Companhia o direito de preferência para a subscrição dos aumentos de capital da Companhia nos termos previstos pela Lei das S.A. **Parágrafo Terceiro:** Nenhuma transferência de ações terá validade ou eficácia perante a Companhia ou quaisquer terceiros nem será reconhecida nos livros de registro e de transferência de ações se levada a efeito em violação ao Acordo de Acionistas se aplicável. **Parágrafo Quarto:** A Companhia e vedada a criação e emissão de partes beneficiárias. **Capítulo III. Da Assembleia Geral. Artigo 6º.** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente a cada ano nos 3 (três) primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente quando os interesses sociais exigirem mediante convocação pelo Diretor Presidente da Companhia ou ainda pelos acionistas da Companhia observados os quóruns e procedimentos da Lei das S.A e do Acordo de Acionistas. **Parágrafo Primeiro:** A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Diretor Presidente ou na sua ausência por outro Diretor indicado pelo Diretor Presidente antecipadamente ou, na falta de indicação, por outro conselho indicado pela maioria dos acionistas presentes sendo secretariadas por pessoa indicada pelo Diretor Presidente. **Parágrafo Segundo:** A Assembleia Geral será convocada pela Diretoria com no mínimo 8 (oito) dias de antecedência da data marcada para sua realização (para assembleias instaladas em primeira convocação) e com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência (para assembleias instaladas em segunda convocação). Será dispensada a convocação se verificada a presença da totalidade dos acionistas na Assembleia Geral declarando se cientes da ordem do dia. **Parágrafo Terceiro:** Ressalvadas as exceções previstas na Lei das S.A. e no Acordo de Acionistas, a Assembleia Geral será considerada instalada, em primeira convocação com a presença dos Acionistas que representem, no mínimo, 80% (oitenta por cento) do capital social com direito a voto, observadas as presenças obrigatórias e materiais quórum qualificada conforme Acordo de Acionistas. **Parágrafo Quarto:** Compete ao Presidente e ao Secretário da Assembleia Geral zelar pelo cumprimento do Acordo de Acionistas, negando cômputo a voto proferido com violação ao Acordo de Acionistas e ao presente Estatuto Social. **Parágrafo Único:** Será considerado presente, como se fisicamente presente estivesse, as Assembleias Gerais o acionista que participar das Assembleias Gerais por meio de vídeo conferência ou conferência telefônica, ou equipamentos de comunicação similares por meio dos quais todas as pessoas que participarem da Assembleia Geral possam ouvir umas às outras, desde que uma cópia assinada do voto proferido por tal acionista, se aplicável, seja entregue por e-mail, carta registrada ou carta entregue em mãos ao Presidente da Assembleia Geral e ao Secretário ante do encerramento lavratura e assinatura da respectiva ata dentro de 5 (cinco) dias úteis após a reunião e arquivada na sede da Companhia, e todos os participantes possam ser claramente identificados, caso em que a Assembleia Geral será considerada realizada no local onde estiver o Presidente da reunião. O acionista que participar remotamente assinara fisicamente assim que possível a lista de presença e a ata da assembleia. **Artigo 7º.** Os acionistas terão os poderes para decidir sobre todas e quaisquer matérias cuja competência para deliberação seja da Assembleia Geral de Acionistas conforme determinado pela Lei das S.A, pelo Acordo de Acionistas e por este Estatuto Social. A aprovação das matérias apreciadas pela Assembleia Geral de Acionistas observara as disposições aplicáveis da Lei das S.A. e as disposições de quórum qualificado previstas no Acordo de Acionistas. **Parágrafo Primeiro.** Sem prejuízo do disposto no caput, compete à Assembleia Geral de Acionistas deliberar sobre: (a) as contas dos administradores, bem como examinar discutir e aprovar as demonstrações financeiras; (b) eleição e destituição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal quando e se instalado; (c) alteração em qualquer dos artigos deste Estatuto Social incluindo mudança da atividade preponderante da Companhia; (d) aumento ou redução do capital social; (e) emissão resgate e/ou conversão, pela Companhia de debentures conversíveis e bônus de subscrição; (f) transformação, cisão, incorporação fusão da Companhia, incorporação de ações ou qualquer outra forma de reestruturação societária da Companhia (incluindo contribuição de participações societárias por terceiros); (g) deliberação sobre recuperação judicial ou extrajudicial; (h) deliberação para a confissão de falência, liquidação e/ou dissolução da Companhia; (i) eleição e destituição do liquidante bem como do Conselho Fiscal que devesse funcionar no período de liquidação; (j) fixação da remuneração dos administradores; (k) aprovação de distribuição ou retenção de lucros, pagamento de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio; (l) criação de quaisquer reservas de capital, exceto as obrigatórias; (m) alteração do dividendo obrigatório previsto no Estatuto Social, distribuição de dividendos em um valor inferior ao dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social e alteração das disposições a respeito da política de dividendos da Companhia prevista neste Estatuto Social, e (n) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria. **Parágrafo Segundo.** Exceto conforme previsto na Lei das S.A. e pelos materiais de quórum qualificado previstas no Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia (se aplicável) as matérias em discussão na Assembleia Geral serão aprovadas pelo voto favorável da maioria do capital social total e votante. **Capítulo IV. Da Administração. Artigo 8º.** A Companhia será administrada por uma Diretoria. **Parágrafo Primeiro.** O administrador e investido no seu cargo mediante assinatura de termo de posse lavrado no livro de Atas das Reuniões da Diretoria conforme o caso. **Parágrafo Segundo.** O prazo de gestão da Diretoria se estende até a investidura dos novos administradores eleitos. O substituto eleito que preencher cargo vago deve completar o prazo de gestão do substituído. **Parágrafo Terceiro.** A Assembleia Geral deve fixar a remuneração global dos membros da administração. **Seção II. Diretoria. Artigo 9º.** A Diretoria da Companhia será composta por no mínimo 2 (dois) Diretores e no máximo 5 (cinco) Diretores cujas designações serão indicadas pela Assembleia Geral no momento da eleição. **Parágrafo Único.** Os diretores serão eleitos para mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição. A eleição, destituição e substituição dos diretores ficarão a cargo da Assembleia Geral observados em qualquer caso e no que for aplicável, os termos e condições do Acordo de Acionistas. **Artigo 10º.** A Diretoria é responsável pela administração dos negócios da Companhia, exercendo seus poderes de acordo com a lei, o Acordo de Acionistas, este Estatuto Social e as deliberações da Assembleia Geral. **Artigo 11º.** A Companhia será sempre representada por (i) qualquer um dos dois Diretores individualmente; ou (ii) por um procurador com poderes especiais, desde que tal procurador tenha sido designado por 2 (dois) Diretores em conjunto. **Parágrafo Primeiro.** A Assembleia Geral poderá deliberar sobre outras formas de representação da Companhia em casos específicos. **Parágrafo Segundo.** As procurações em nome da Companhia serão outorgadas por 2 (dois) Diretores em conjunto e deverão especificar os poderes conferidos. Com exceção daquelas para fins judiciais, as procurações terão um período de validade limitado a no máximo 1 (um) ano. **Capítulo V. Do Conselho Fiscal. Artigo 12º.** O Conselho Fiscal com as atribuições e poderes de lhe funcionaria em caráter não permanente e somente será instalado a pedido de acionistas conforme o que faculta o artigo 161 da Lei das SA sendo composto por 3 (três) membros. A Assembleia Geral que eleger o Conselho Fiscal caberá fixar a respectiva remuneração. **Capítulo VI. Do Exercício Social Balanços e Dividendos. Artigo 13º.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social proceder-se-á ao levantamento das demonstrações financeiras exigidas por lei. **Parágrafo Primeiro.** A Companhia poderá levantar balanços intermediários mensais, trimestrais ou semestrais e distribuir os lucros neles evidenciados. **Parágrafo Segundo.** O lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte Destinação: (a) pagamento de dividendo mínimo obrigatório; e (b) o lucro remanescente, após as deduções previstas no item (a) acima, ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral Ordinária, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral dos Acionistas, observada a legislação aplicável. **Parágrafo Terceiro.** A Companhia distribuirá como dividendo mínimo obrigatório em cada exercício social no mínimo 1% (um por cento) e não excedente a 100% (cem por cento) do seu lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A. e do Acordo de Acionistas. **Capítulo VII. Das Disposições Gerais. Artigo 14º.** A Companhia entrara em liquidação nos casos previstos na legislação Aplicável, neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas, cabendo Assembleia Geral eleger o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais. **Artigo 15º.** No cumprimento de todas as disposições contidas neste Estatuto Social deverão ser observados os termos e condições contidos em Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia. Em caso de conflito entre as disposições deste Estatuto Social e do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, prevalecerão as disposições do Acordo de Acionistas se existente. **Artigo 16º.** Na hipótese de qualquer controvérsia, litígio, questão, disputa dúvida ou divergência de qualquer natureza oriunda de e/ou relacionada a este Estatuto Social, inclusive aqueles relacionados à sua existência, formação, aplicabilidade, violação, rescisão, validade e eficácia (“Conflito”), envolvendo a Companhia, seus acionistas e/ou administradores (“Partes Envolvidas”), as Partes Envolvidas enviarão seus melhores esforços para resolver o Conflito. Para essa finalidade qualquer das Partes Envolvidas deverá notificar a outra de seu desejo de dar início ao procedimento contemplado por esta Clausula, a partir do qual as Partes Envolvidas deverão reunir-se para tentar resolver tal Conflito por meio de discussões amigáveis e de boa fé (“Notificação de Conflito”). Caso as Partes Envolvidas não encontrem uma solução amigável, dentro de um período de 30 (trinta) dias após a entrega da Notificação de Conflito de uma Parte à outra o Conflito será resolvido de forma final e vinculante por meio de arbitragem, a ser conduzida perante e administrada pelo Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem - CBMA (“Câmara”) nos termos de seu Regulamento de Arbitragem (“Regulamento”). **Parágrafo Primeiro.** A arbitragem será realizada de acordo com as normas procedimentais da Câmara em vigor no momento da arbitragem. **Parágrafo Segundo.** O tribunal arbitral será constituído por três árbitros (“Tribunal Arbitral”), cabendo à(s) Parte(s) Envolvida(s) requerente(s), de um lado, indicar um árbitro, e à(s) Parte(s) Envolvidas requerida(s) de outro indicar um segundo árbitro os quais, de comum acordo nomearão o terceiro árbitro que funcionara como Presidente do Tribunal Arbitral. Caso qualquer das Partes Envolvidas seja a(s) requerente(s) ou a(s) requeridas deixe de indicar arbitro todos os três árbitros serão indicados pelo presidente da Câmara, conforme o Regulamento. Caso os 2 (dois) árbitros indicados pelas Partes Envolvidas deixem de nomear o terceiro árbitro no prazo de 30 (trinta) dias contados da data estabelecida para referida providência, caberá ao presidente da Câmara indicar o terceiro árbitro, na forma estabelecida em seu Regulamento. **Parágrafo Terceiro.** A arbitragem terá sede e local no Município de São Paulo Estado de São Paulo onde será proferida a sentença arbitral. Porém poderá o Tribunal Arbitral, motivadamente, designar a realização de atos específicos em outras localidades. **Parágrafo Quarto.** A arbitragem será realizada em língua portuguesa. **Parágrafo Quinto.** A Arbitragem será de direito, aplicando-se as leis da República Federativa do Brasil independentemente de qualquer regra de conflito de leis. É vedado aos árbitros decidir por equidade. **Parágrafo Sexto.** A arbitragem será integralmente sigilosa e confidencial, o que inclui sua existência, e as alegações, documentos e provas apresentadas e produzidas pelas partes no e para os fins do procedimento arbitral. Todas as Partes Envolvidas os árbitros a Câmara e quaisquer outras pessoas envolvidas são obrigadas a respeitar o sigilo e a confidencialidade da arbitragem. **Parágrafo Sétimo.** Com exceção dos honorários advocatícios, os quais serão arcados por cada Parte Envolvida, todas as demais despesas, custos e honorários da arbitragem serão arcados por uma das partes, ou por ambas, conforme determinar o Tribunal Arbitral. Os custos e despesas cuja causa não possa ser atribuída a uma das Partes serão rateados entre as Partes em proporções iguais, até a decisão final sobre a controvérsia a ser proferida pelo Tribunal Arbitral. A sentença arbitral atribuirá à Parte vencida, ou a ambas as Partes na proporção em que suas pretensões não forem acolhidas, a responsabilidade final pelo custo do processo, incluindo as taxas e despesas administrativas da Câmara Arbitral, na forma do Regulamento, honorários dos árbitros, honorários advocatícios de sucumbência e honorários dos peritos. Todos os custos despesas e honorários incorridos pela outra Parte Envolvida serão atualizados monetariamente com base na variação acumulada do IPCA, calculado pro rata die para o período compreendido entre a data em que tiverem sido incorridos e a data em que o ressarcimento for efetivamente realizado e ainda, se for o caso, acrescidos de juros de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata die entre a data da divulgação da sentença arbitral e a data em que o ressarcimento for efetivamente realizado. **Parágrafo Oitavo.** As decisões da arbitragem serão finais, vinculantes e definitivas, não se exigindo homologação judicial nem cabendo qualquer recurso contrários decisões, ressalvados os pedidos de esclarecimentos ao Tribunal Arbitral previstos no artigo 30 da Lei nº 9.307 de 23 de setembro de 1996. **Parágrafo Nono.** Antes da instalação do Tribunal Arbitral, qualquer das Partes Envolvidas poderá requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares ou antecipações de tutela, sendo certo que o eventual requerimento de medida cautelar ou antecipação de tutela ao Poder Judiciário não afetará a existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem, nem representará uma dispensa com relação a necessidade de submissão do Conflito a arbitragem. Após a instalação do Tribunal Arbitral os requerimentos de medida cautelar ou antecipação de tutela deverão ser dirigidos apenas ao Tribunal Arbitral. **Parágrafo Décimo.** Para (i) as medidas cautelares e antecipações de tutela anteriores à constituição do Tribunal Arbitral; (ii) a execução das decisões do Tribunal Arbitral inclusive da sentença final e eventual sentença parcial; (iii) eventual ação anulatória fundada no artigo 32 da Lei nº 9.307 de 23 de setembro de 1996; e (iv) os Conflitos que por força da legislação brasileira não puderem ser submetidas a arbitragem, fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo Estado de São Paulo como o único e exclusivamente competente, renunciando se a todos os outros por mais especiais ou privilegiados que sejam. **Artigo 17º.** Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições legais vigentes. São Paulo, 05 de janeiro de 2026.

BSI Capital Securitizadora S.A.

CNPJ/MF Nº 11.257.352/0001-43 - NIRE 35.300.461.827

**Edital de Retificação da Convocação para Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 23ª Emissão em Série Única a ser realizada em 06 de fevereiro de 2026**  
**A BSI Capital Securitizadora S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.257.352/0001-43 (“**Titulares dos CRI**”, “**CRI**” e “**Emissora**”, respectivamente), nos termos da cláusula 11.3 do Termo de Securitização (“**Termo de Securitização**”), vem por meio deste, tornar pública a retificação do Edital de Convocação para Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única de 23ª Emissão em Série Única da BSI Capital Securitizadora S.A., publicado no Jornal Data Mercantil nos dias 16, 17 e 20 de janeiro de 2026, exclusivamente em razão de erro material, de forma que as ordens do dia “a” e “b” passam a ter a redação a seguir especificada, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do referido Edital. **a)** declaração do Vencimento Antecipado, nos termos da Cláusula 17, item (b) da CCB e Cláusula 6.3.1., item (ii) do Termo de Securitização, em razão do descumprimento do prazo de registro do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis perante o competente oficial de registro de imóveis, nos termos da Cláusula 2.10.2. do Termo de Securitização, sendo certo que, caso não seja declarado o Vencimento Antecipado previsto neste item, a Devedora terá o prazo adicional de 60 (sessenta) dias para da presente Assembleia para realizar o respectivo o registro; **b)** declaração de Vencimento Antecipado, nos termos da Cláusula 17, item (w) da CCB e Cláusula 6.3.1., item (xxiii) do Termo de Securitização, em razão do atraso superior a 10% (dez por cento) em relação à expectativa reportada no cronograma previsto do Empreendimento Conviva Cambinhos constante do Anexo IV desta CCB. Ficam ratificados todos os demais termos e condições da Convocação que não tenham sido expressamente alterados pelo presente Comunicado de Retificação. O presente Comunicado de Retificação deverá ser considerado parte integrante da Convocação originalmente divulgada, para todos os fins de direito. São Paulo, 02 de fevereiro de 2026. **BSI Capital Securitizadora S.A.**, CNPJ/MF Nº 11.257.352/0001-43.

(03/02/2026)

Abbott Diagnósticos Rápidos S.A.

CNPJ/MF nº 50.248.780/0001-61 - NIRE 35.300.394.101

**Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de outubro de 2025**

**1. Data, Hora e Local:** As 10h00 do dia 17 de outubro de 2025, na sede social da **Abbott Diagnósticos Rápidos S.A.** (“Companhia”), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua dos Pinheiros, nº 498, 7º e 13º andares, conjuntos 71, 72, 131 e 132, bairro de Pinheiros, CEP 05422-000. **2. Convocação:** O edital de convocação foi devidamente publicado na edição digital do jornal Data Mercantil, nos dias 09, 10 e 11 de outubro de 2025, nas páginas 07, 05 e 02, respectivamente, bem como na versão impressa do referido jornal, nas mesmas datas, nas páginas 5, 4 e 6, em conformidade com o disposto no artigo 124 da Lei nº 6.404/1976 (“Lei das Sociedades por Ações”). **3. Presença:** Presente a acionista titular da maioria das ações representativas do capital social da Companhia, de acordo com assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas, nos termos do Artigo 135 da Lei nº 6.404/1976. **4. Mesa:** Assembleia geral foi presidida pelo Sr. Deusedet Pereira Júnior, sendo os trabalhos secretariados pelo Sr. Caio Kyriakou Fernandes. **5. Ordem do Dia:** Deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) consignação da integralização das ações referentes ao aumento de capital social aprovado em 24/06/2025; e (ii) alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia. **6. Deliberações:** Instalada a assembleia, após a discussão e o exame das matérias constantes da ordem do dia, a acionista presente deliberou, sem quaisquer ressalvas, o quanto segue: **(i)** Consignar que a totalidade das 55.770.000 (cinquenta e cinco milhões, setecentas e setenta mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas em decorrência do aumento de capital social aprovado em 24/06/2025, foi integralizada em moeda corrente nacional, pelo valor total de R\$ 55.770.000,00 (cinquenta e cinco milhões, setecentos e setenta mil reais), conforme contrato de câmbio nº 0503447139, celebrado em 17/07/2025, pela acionista **Abbott Poland Luxembourg S.A.R.L.**, dentro do prazo de 30 (trinta) dias previsto no respectivo “Boletim de Subscrição. **(ii)** Aprovar, em decorrência da integralização das ações, a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação, mantidos inalterados os seus parágrafos: **Do Capital Social e Ações. Artigo 5º.** *O capital social da Companhia, integralmente subscrito e integralizado, é de R\$ 263.324.119,19 (duzentos e sessenta e três milhões, trezentos e vinte e quatro mil, cento e dezenove reais e dezenove centavos), representado por 231.307.117 (duzentos e trinta e um milhões, trezentos e sete mil, cento e dezesseite) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.* **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos da presente Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas pelo tempo necessário à lavratura desta Ata no livro próprio. Após a lavratura da Ata, a presente foi lida, conferida, achada conforme e aprovada, e, encerrados os trabalhos, foi então assinada por todos os presentes. **8. Assinaturas:** Deusedet Pereira Júnior - Presidente; Caio Kyriakou Fernandes - Secretário. **Acionista presente:** Abbott Poland Luxembourg S.A.R.L. (representada pelo Sr. Deusedet Pereira Júnior). *A presente é cópia fiel de ata lavrada em livro próprio.* JUCESP nº 20.809/26-8 em 07/01/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Abbott Diagnósticos Rápidos S.A.

CNPJ/MF nº 50.248.780/0001-61 - NIRE 35.300.394.101

**Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de dezembro de 2025**

**1. Data, Hora e Local:** As 10h00 horas do dia 26 de dezembro de 2025, na sede social da **Abbott Diagnósticos Rápidos S.A.** (“Companhia”), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua dos Pinheiros, nº 498, 7º e 13º andares, conjuntos 71, 72, 131 e 132, Pinheiros, CEP 05422-000. **2. Convocação:** O edital de convocação foi devidamente publicado nas edições digital e impressa do jornal Data Mercantil, em cumprimento ao disposto no Artigo 124 da Lei nº 6.404/1976 (“Lei das Sociedades Anônimas”) (**Anexo I**). **3. Presença:** Presentes os acionistas titulares da maioria das ações representativas do capital social da Companhia, de acordo com assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas, nos termos do Artigo 135 da Lei nº 6.404/1976. **4. Mesa:** Assembleia geral foi presidida pelo Sr. Deusedet Pereira Júnior, sendo os trabalhos secretariados pelo Sr. Caio Kyriakou Fernandes. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) aprovar a renúncia e a eleição de membro da Diretoria da Abbott Diagnósticos Rápidos S.A.; e (ii) eleger novo membro da Diretoria da Companhia. **6. Deliberações:** Após a discussão das matérias constantes da Ordem do Dia e a subsequente votação, verificou-se que o acionista da Companhia presente na Assembleia Geral Extraordinária decidiu, sem quaisquer restrições ou ressalvas: (i) Ratificar a renúncia do Sr. Cyrille Laurent Olivier Schroeder do cargo de Diretor da Companhia, conforme carta de renúncia anexa (**Anexo II**). (ii) Eleger para o cargo de Diretor Geral da Companhia o Sr. **Marcelo Rodolfo**, brasileiro, casado, profissional farmacêutico, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 19.493.539-5, expedida pela SSP, inscrito no CPF/MF sob o nº 155.177.908-01, com endereço profissional no Estado de São Paulo, Cidade de São Paulo, à Rua dos Pinheiros, nº 498, 7º e 13º andares, salas 71, 72, 131 e 132, Pinheiros, CEP 05422-000, o qual fica desde já devidamente eleito e passará a exercer todas as atribuições inerentes ao cargo, com os poderes e responsabilidades previstos no Estatuto Social da Companhia e na legislação aplicável. O Diretor ora eleito será investido em seu respectivo cargo mediante a assinatura do termo de posse no livro próprio, tendo mandato de 1 (um) ano, nos termos do artigo 9º do Estatuto Social da Companhia. O Diretor eleito declara, para todos os fins de direito, que não está sujeito a qualquer impedimento legal para o exercício do cargo, nos termos da legislação aplicável. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos da presente Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas pelo tempo necessário à lavratura desta Ata no livro próprio. Após a lavratura da Ata, a presente foi lida, conferida, achada conforme e aprovada, e, encerrados os trabalhos, foi então assinada por todos os presentes. **8. Assinaturas:** Deusedet Pereira Júnior - Presidente; Caio Kyriakou Fernandes - Secretário. **Acionista presente:** Abbott Poland Luxembourg S.A.R.L. (representada pelo Sr. Deusedet Pereira Junior). *A presente é cópia fiel de ata lavrada em livro próprio.* JUCESP nº 20.906/26-2 em 12/01/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

IFOOD.com Agência de Restaurantes Online S.A.

CNPJ nº 14.380.200/0001-21 - NIRE 35.300.413.016

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de dezembro de 2025**

**1. Data, Hora e Local:** 23 de dezembro de 2025, às 15:00 horas, na sede social da **IFOOD.com Agência de Restaurantes Online S.A.**, sociedade inscrita no CNPJ sob o n.º 14.380.200/0001-21, (“**Companhia**”), registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.413.016, localizada no Município de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida dos Autonomistas, n.º 1.496, Bairro Vila Yara, CEP 06020-902. **2. Convocação e Presença:** presente a acionista titular da totalidade das ações emitidas pela Companhia, conforme assinaturas no livro de registro de presença dos acionistas, dispensada a convocação prévia, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei das Sociedades por Ações. **3. Mesa: Presidente** - Diego Carneiro Barreto; **Secretário** - Lucas Marini Pittioni. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** A Acionista, sem quaisquer restrições ou ressalvas, deliberou o quanto segue: **4.1.** Aprovar o aumento do capital social da Companhia em R\$ 166.490.000,00 (cento e sessenta e seis milhões, quatrocentos e noventa mil reais), mediante a emissão de 166.490.000 (cento e sessenta e seis milhões, quatrocentas e noventa mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, em tudo idênticas às ações já existentes, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, passando o capital social da Companhia de R\$ 917.152.898,40 (novecentos e dezessete milhões, cento e cinquenta e dois mil, oitocentos e noventa e oito reais e quarenta centavos), dividido em 528.183.379 (quinhentos e vinte e oito milhões, cento e oitenta e três mil, trezentos e setenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para R\$ 1.083.642.898,40 (um bilhão, oitenta e três milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, oitocentos e noventa e oito reais e quarenta centavos), dividido em 694.673.379 (seiscentos e noventa e quatro milhões, seiscentos e setenta e sete mil, trezentos e setenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As 166.490.000 (cento e sessenta e seis milhões, quatrocentas e noventa mil) de novas ações emitidas em virtude do aumento de capital social ora aprovado foram, neste ato, integralmente subscritas e integralizadas pela acionista **Ifood Holdings B.V.**, conforme Boletim de Subscrição constante do **Anexo I** à presente ata. **4.2.** Em decorrência do aumento de capital descrito acima, fica aprovada a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: **“Artigo 5º - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 1.083.642.898,40 (um bilhão, oitenta e três milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, oitocentos e noventa e oito reais e quarenta centavos), dividido em 694.673.379 (seiscentos e noventa e quatro milhões, seiscentas e setenta e três mil, trezentas e setenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.”** **4.3.** Em razão do aumento do capital social da Companhia deliberado acima, aprovar a consolidação do estatuto social da Companhia, que passará a vigorar com a redação constante no **Anexo II** da presente ata. **5. Encerramento:** nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata em forma de sumário, no livro próprio, na forma do artigo 130, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, que foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. Osasco/SP, 23 de dezembro de 2025. **Mesa:** Diego Carneiro Barreto, **Presidente;** Lucas Marini Pittioni, **Secretário.** **Acionista:** **Ifood Holdings B.V.**, p.p. Diego Carneiro Barreto. JUCESP nº 61.950/26-9 em 20/01/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Documento assinado e  
certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2  
de 24/08/2001 Confira ao  
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/02/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade\_legal**

